

## ERROS E LAPSOS DE TRADUÇÃO: UM TEMA PARA O ENSINO

Maria Paula Frota  
Pontifícia Universidade Católica-Rio  
mpfrota@let.puc-rio.br

**Resumo:** O artigo investiga diferentes tipos e motivações de erros que podem ser cometidos em um processo tradutório, sempre considerando a sua relevância no campo do ensino da tradução. A partir de um texto de Anthony Pym, comenta as noções por ele propostas de erro binário (*mistake*) e erro não-binário (*error*). A noção de não-binariedade é teoricamente expandida no sentido de tentar efetuar uma ruptura com a oposição dicotômica do certo/errado. Com base no estudo de Freud sobre psicopatologias da vida cotidiana, o trabalho apresenta a freqüente ocorrência de lapsos de leitura e de escrita na tradução, destacando através deles o papel do inconsciente em nossas escolhas.

**Palavras-chave:** erro em tradução, binariedade, não-binariedade, lapsos, inconsciente.

**Abstract:** The article investigates different types and motivations of error in translation, always considering its relevance for translation teaching. Starting from a text by Anthony Pym, it discusses this author's notions of *mistake* (binary) and *error* (non-binary). The notion of non-binarity is theoretically expanded so as to go beyond the dichotomy correct/incorrect. On the basis of the Freudian study on psychopathologies of everyday life, the article presents the frequent occurrence of reading and writing lapses in translation, emphasizing through them the role of the unconscious in our choices.

**Keywords:** translation error, binarity, non-binarity, lapses, unconscious.

Neste artigo proponho examinar exclusivamente a questão do erro na tradução, tema que abordei em um trabalho anterior mais amplo<sup>1</sup>.

Os diferentes tipos e motivações de erros que podem ocorrer durante um processo tradutório constituem a meu ver um tópico importante a ser tratado em um volume que, como este, se volta para o campo do ensino da tradução.

No que concerne às motivações desses erros, se nos basearmos na obra freudiana intitulada *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, publicada em 1901, podemos afirmar que elas são basicamente duas: a ignorância - ou seja, o desconhecimento acerca de alguma estrutura lingüística, algum aspecto cultural ou, ainda, alguma informação relativa ao contexto da tradução, como o seu público-alvo, seu veículo etc. - e um certo fenômeno ou funcionamento psíquico inconsciente que é muito comum e que redundava no lapso de língua. Este, além dos sonhos, dos chistes, dos atos falhos e dos sintomas, consiste em uma manifestação do inconsciente e pode ocorrer em qualquer operação que envolva a linguagem verbal.

Em relação aos erros cometidos por ignorância, parece não haver muito o que discutir - erramos porque ignoramos a(s) opção(ões) tradutória(s) adequada(s). O fato de não suscitar muita discussão não implica, entretanto, que o erro por ignorância seja um assunto pouco relevante para se tratar com os alunos. Ao contrário, parece-me importantíssimo, em qualquer curso introdutório de tradução, logo de início desmistificar possíveis idealizações de que o bom tradutor tudo sabe. Cabe mostrar aos alunos como são frequentes as ocasiões de dúvida e de incompreensão. E mais, temos de mostrar-lhes a importância de se perceber essa ignorância ou desconhecimento. Sem essa percepção, corre-se o risco de errar, pois ela consiste justamente no primeiro passo para a investigação que nos levará ao esclarecimento e à possibilidade de acertar. Os alunos de tradução precisam encarar com naturalidade essa situação de ignorância e desenvolver ao máximo os recursos de consulta ou pesquisa. Precisam ter consciência do benefício da dúvida, devem ser incentivados a questionar os limites do conhecimento que supõem ter e a aprender onde e como encontrar informações que possam ajudar nos seus trabalhos.

No livro que publicou em 1993, Anthony Pym relata um erro que cometeu ao traduzir para o inglês um texto francês, exatamente por não ter colocado em dúvida a sua interpretação de *mon petit chou*, expressão usada por um senhor ao se dirigir a uma criança, filha de um amigo. Embora achasse um pouco estranha a sua tradução, *my little cabbage*, não desconfiou dela o bastante para investigar a polissemia de *chou*. Alguns meses depois, na França, passou por uma loja que vendia *choux à la crème* e viu que se tratava de pequenas tortas que nada tinham a ver com repolhos. Diz ele: “Eu não tive nenhuma prova de que *mon petit chou* de fato se refira às tortas - provavelmente não se refere -, mas eu tomei consciência de uma ambigüidade no mínimo suficiente para ter mais do que sérias dúvidas sobre a minha interpretação anterior” (1993: 134).<sup>2</sup>

Antes de entrar no campo do inconsciente, vendo-o como uma explicação de inúmeros erros que se cometem ao traduzir, convém examinar um outro aspecto fundamental: as noções de binariedade e não-binariedade, entendidas como qualidades atribuíveis a certas escolhas feitas pelo tradutor. Quando digo tratar-se de um aspecto fundamental, considero não só a relevância dessas noções em um enfoque mais restrito de escolhas tradutórias erradas, como também a sua relevância para uma melhor compreensão do papel do inconsciente em nossas escolhas (tradutórias) de um modo geral.

Como argumentou Pym no livro já referido, em um texto de chegada pode haver erros binários, que ele denomina *mistakes*, e erros não-binários, por ele denominados *errors*. Os erros binários são assim qualificados na medida em que implicam uma oposição radical entre o que é consensualmente tido como certo e o que é consensualmente tido como errado, a começar pelo próprio autor do erro. Nesse caso, “uma determinada escolha é errada quando ela deveria ter sido correta, e não há nuances entre uma e outra, não há gradações” (1993: 102). Segundo Pym, embora seja muito comum na tradução esse tipo de erro e profissionalmente perigoso

lhe dar pouca atenção, ele não consiste em um erro de natureza propriamente tradutória, mas sim lingüística (ortográfica, gramatical, semântica); o tipo de conhecimento que o erro binário contraria, explica ele, é muito importante para o tradutor, mas é *presuposto* na competência tradutória, razão pela qual nas aulas de tradução não devemos “desperdiçar muito tempo com eles”, deixando que sejam tratados prioritariamente nas aulas de língua (ibidem, p. 109). Vejamos dois exemplos desse tipo de erro, o primeiro deles relatado e cometido pelo próprio Pym e o segundo, também por ele apresentado, cometido por alguém que, sem contar com um *script*, traduziu um filme para legendagem:

Há não muito tempo eu traduzi “un pueblo de 5 mil habitantes” por “a city with a population of 5 million”, em vez de “a town with a population of 5,000”. A minha tradução do número foi terrivelmente errada. Nós poderíamos dizer que o erro foi “binário”, na medida em que ele envolveu uma escolha entre uma possibilidade correta e uma errada (“mil” significa “thousand” e não “million”) (ibidem, p. 102).

Na edição de sábado do El País havia uma carta ao editor sobre a legendagem de uma música num filme. O principal verso da música era algo como “Butterfly mornings and daffodil afternoons”. O tradutor espanhol tinha posto “Mañanas de flan de mantequilla”, transformando borboletas em “flan”, um tipo de creme sólido (feito com manteiga?). Isso é um erro. É bem compreensível. O tradutor presumivelmente escutou “fly” como “flan” e então chutou, ou talvez ele estivesse simplesmente com muita fome (ibidem, p.133).

Cabe observar que os três erros (*mistakes*) até aqui apresentados, embora todos binários, não decorrem de uma mesma motivação. Se por um lado podemos dizer que Pym ignorava usos de *chou* que não o da verdura, por outro seria absurdo supor que ele igno-

rasse o termo espanhol *mil*. No primeiro caso, ele não sabia que ignorava, não sabia que não sabia, e tomou o errado pelo certo; já no segundo caso, está claro que a motivação do erro foi outra - segundo o autor seria possível lhe atribuir uma causa lingüística, alegando que a semelhança entre *mil* e *million* provocou uma interferência, mas para ele a causa real mais provável foi algo como a entrada da filha de um ano no seu escritório, o que teria perturbado a sua atenção, levando-o a cometer o erro.

O outro tipo de erro proposto por Pym, o qual denomina *error*, é por ele considerado não-binário na medida em que “resulta de situações em que não há uma separação nítida entre certo e errado. Por exemplo, *el monte* pode traduzir *the bush*, mas não sempre” (ibidem, p.102). Para ele, todos os erros propriamente tradutórios são, por definição, não-binários, e por isso é que eles, sim, merecem ser discutidos sem pressa nas aulas de tradução para que se descubra por que o erro ocorreu e como se pode encontrar uma melhor solução. E acrescenta: “Eu em geral dedico a maior parte das minhas aulas fazendo com que os alunos discutam os seus *errors*. Pode-se dizer que essa é a base do meu ensino” (ibidem, p. 103, grifo meu).

No âmbito do ensino e em particular no que concerne à avaliação, esses dois tipos de erro se associam a dois tipos de reação bem distintos que experimentamos sempre que revisamos as traduções feitas pelos alunos: uma reação em que, sem sombra de dúvida, consideramos errada uma determinada escolha, e uma outra reação que temos quando diante de uma escolha que não nos agrada mas que nos provoca algum vacilo, que exige reflexão. A experiência narrada por Pym provavelmente poderia ser narrada por qualquer professor de tradução:

quando eu avalio traduções e me deparo com mistakes, um risco sobre eles indica “Errado! Corrija!”. Já os erros tradutórios [errors] normalmente recebem diferentes versões de linhas onduladas que significam algo como “Vamos ter de conversar sobre isso” ou “Pense de novo!” (ibidem, p. 103).

Pym, como visto, propõe a oposição binário/não-binário para qualificar dois tipos de erro (*mistakes* e *errors*). Ainda que considere diferenças entre um e outro, ele não coloca em questão o fato de ambos constituírem escolhas erradas ou inadequadas, que precisam ser corrigidas. Eu gostaria de me valer da noção de não-binariedade para expandir a presente reflexão no sentido de romper com a velha tradição dualista do certo/errado que vem embasando tudo o que foi discutido até aqui. Não se trata de desqualificar as noções de certo e de errado; sem dúvida precisamos preservá-las, já que há escolhas tradutórias que são, como dito, consensualmente aceitas ou consensualmente rejeitadas. Porém, sabemos que não são nada raras aquelas escolhas que não contam com aceitação unânime, mas que são aceitas por alguns leitores, plenamente capazes de justificá-las. Pym pressupõe uma região de nuances ou gradações (*shades* ou *clines*) entre o certo e o errado (*right* e *wrong*). No entanto, se ele entende que todas as escolhas tradutórias que não se situam no pólo do que é indiscutivelmente certo consistem em escolhas erradas, ainda que em graus menos óbvios - os *errors* -, pode-se presumir que ele desconsidera as variações subjetivas nos julgamentos relativos a tais escolhas. Ora, sabemos que no campo da tradução, a rigor no campo mais amplo da linguagem, há muito já se rompeu com a crença no objetivismo, ou seja, com a idéia de que haja objetos (significados, construções) fixos e estáveis independentemente dos sujeitos que os percebem e julgam.

Minha proposta, com esta reflexão, não é a de criticar as colocações de Pym mas de expandi-las. É importante que os nossos alunos saibam, o quanto antes melhor, que no mundo da tradução as nossas escolhas com freqüência não podem ser rotuladas como erradas ou certas em termos absolutos. Todo professor de tradução, várias vezes por aula, se vê confrontado com a seguinte pergunta: “Então, como é que fica?”. “Não fica”, precisamos responder. Essa pergunta envolve pelo menos uma crença totalmente equivocada, a crença na possibilidade de haver sempre uma tradu-

ção ideal, uma única tradução realmente correta. O aluno mais experiente tende a ir enxergando, com o tempo, a possível coexistência de diferentes opções, equivalentes em qualidade, mas por que não abreviar esse percurso do aluno (que aliás, deve-se dizer, pode não ocorrer se não os alertarmos) e, sobretudo, por que deixar escapar uma situação que constitui objeto de uma discussão tão rica e necessária?

Minha proposta é a de levar adiante, sob o conceito de não-binariedade, a formulação dessa zona de nuances ou gradações de modo a somar, àquelas de certo e errado, uma terceira possibilidade no julgamento de escolhas tradutórias. Ou seja, ficam preservadas as noções de certo e errado, atribuíveis àquelas escolhas que na avaliação de um grupo não dão margem a questionamento ou discussão, e assume-se como alternativa a esses extremos uma região que, situada entre eles, acolheria as escolhas que não contam com uma avaliação consensual, que suscitam um grau variável, maior ou menor, em suas aceitações subjetivas.

Se levarmos adiante essas considerações, podemos mesmo constatar que - dada a forte instabilidade que permeia os usos na linguagem, em particular no que concerne à interpretação, mas também ao estilo e outras esferas - a noção de binariedade sustenta-se sem problemas em casos, por exemplo, como o de *mil* no contexto apresentado por Pym: aí, qualquer opção distinta de *thousand* (podendo também ser expressa por “,000”, como ele propôs) estará errada. Mas na sua maior parte as escolhas tradutórias parecem ter um caráter não-binário. Quando discutimos em aula as traduções individualmente feitas pelos alunos para um determinado texto, nos vemos diante de uma ampla variedade de soluções encontradas. Ainda que algumas sejam descartadas, muitas delas permanecem como plenamente justificadas e aceitáveis. A partir daí são feitas as escolhas finais, e percebe-se, nesse momento, como são claramente variáveis as preferências. Concorde-se que há uma gama de escolhas possíveis, mas cada aluno elege uma como “a meu ver a mais adequada”. Trata-se, aliás, de uma situação em que talvez

seja aconselhável o professor abster-se de revelar sua preferência, dado o peso que suas opiniões normalmente têm. A flexibilidade da linguagem é tal que em uma tradução somos a todo momento convocados a escolher uma palavra em detrimento de outras, uma construção sintática em meio a outras, um possível efeito em lugar de outros. Cada uma dessas escolhas individuais é feita a partir da consideração de que ela, mais do que as outras opções, merece ser alocada no pólo extremo da série gradativa que vai do erro ao acerto, ou do menos adequado ao mais adequado. Porém, como é preciso não perder de vista que essas preferências são subjetivas, que se está em pleno terreno da não-binariedade, tem-se ao final, no universo de uma turma de tradução, um esvaziamento da noção extrema de certo, ou, se preferirmos, a ampliação da noção de certo em diferentes pontos daquela zona de nuances ou gradações, a qual propus como uma terceira possibilidade de avaliação que viria a romper com a oposição certo/errado. Desse modo, passaríamos a trabalhar também com uma terceira noção, intermediária e não-binária, na qual se situariam as diferentes preferências subjetivas.

Algumas constatações me parecem trazer relevância para a proposta feita; a principal delas a de que somos de um modo geral regidos por uma lógica dicotômica que implica, dentre várias outras, a oposição binária do certo/errado, lógica esta que é extremamente nefasta. No que diz respeito ao campo da tradução, vemos essa lógica operar, por exemplo, nas críticas ou resenhas: não raro o que o crítico apresenta como uma tradução errada nada mais é do que uma tradução diferente da que ele faria; ou seja, por pensar binária ou dicotomicamente, apenas uma opção é tomada como certa e ao que dela difere só resta ser alocado no campo do erro. Essa dificuldade de conviver com a diferença, isto é, com a possível coexistência de diversas opções aceitáveis, é também muito comum, como já dito, entre os alunos. É preciso que essa lógica seja desconstruída pelos professores. Essa desconstrução pelos professores é necessária, a começar, para si próprios, sob pena de



não adquirirem a abertura ou flexibilidade exigida por um bom ensino da tradução. Como é possível, por exemplo, avaliar as traduções feitas pelos alunos sem essa flexibilidade, sem uma lógica não-binária? Sem ela, acaba-se tendo, como os críticos, a própria tradução como “gabarito”.

Essa proposta de ruptura com a dicotomia certo/errado tem como importante fonte de inspiração o mesmo tipo de proposta que fez Freud, sendo que em relação ao binarismo normal/patológico. No texto de 1937, “Análise terminável e interminável” (veja-se como já o título é significativo para a discussão aqui desenvolvida), Freud diz:

*Como é bem sabido, a situação analítica consiste em nos aliarmos com o ego da pessoa em tratamento, a fim de submeter partes de seu id que não estão controladas, o que equivale a dizer, incluí-las na síntese de seu ego. O fato de uma cooperação desse tipo habitualmente fracassar no caso dos psicóticos, nos fornece uma primeira base sólida para nosso julgamento. O ego, se com ele quisermos poder efetuar um pacto desse tipo, deve ser um ego normal. Mas um ego normal dessa espécie é, como a normalidade em geral, uma ficção ideal. O ego anormal, inútil para nossos fins, infelizmente não é ficção. Na verdade, toda pessoa normal é apenas normal na média. Seu ego aproxima-se do ego do psicótico num lugar ou noutro e em maior ou menor extensão, e o grau de seu afastamento de determinada extremidade da série e de sua proximidade da outra nos fornecerá uma medida provisória daquilo que tão indefinidamente denominamos de “alteração do ego” (1996, v. XXIII, p. 251, grifo meu).*

No texto em que se insere o fragmento citado, Freud questiona a possibilidade da cura pela psicanálise se por cura se entende “chegar a um nível de normalidade psíquica absoluta” e definitiva (ibidem, p. 235). Assim como um ego absolutamente normal é, segundo Freud, “uma ficção ideal”, não será também uma ficção ideal, salvo casos como o dos números, uma única tradução abso-

lutamente correta, no sentido de unanimemente aceita como a tradução? Não haverá sempre uma alternativa também correta, preferida por alguns? Já o erro (binário), parece que, como o ego anormal, não é ficção.

Passemos agora ao erro de tradução motivado por uma intervenção do inconsciente. No livro sobre as psicopatologias da vida cotidiana, no capítulo que se intitula justamente *Erros*, Freud conta que ao ler, depois de publicado, o seu *A interpretação dos sonhos*, percebeu uma série de erros que havia cometido e nos quais não havia reparado nas várias revisões que fizera das provas. Esses erros o aborreceram muito porque, como explica, não haviam brotado de sua ignorância, uma vez que envolviam conhecimentos históricos e factuais com os quais estava muito familiarizado. Considerando o interesse desses erros para a psicanálise, Freud a eles se refere como lapsos de língua e os explica como resultado de um acontecimento psíquico que consiste no esquecimento momentâneo de uma forma correta e na emergência, em lugar desta, de uma palavra incorreta gerada por uma ilusão da memória. A explicação mais importante de Freud acerca desses erros é a de que eles têm um vínculo associativo não apenas com o que foi esquecido, como também, o que é mais relevante, com algum outro material - um pensamento ou um desejo - que venha sendo recalçado. Como aprendemos com a psicanálise, esse material recalçado, inconsciente, “luta” com intenções conscientes e sobre elas pode operar uma influência perturbadora, saindo por vezes ao menos parcialmente vitorioso. Essa “luta” do inconsciente por emergir se passa de forma alheia à consciência e é constante, já que, como diz Lacan (1978: 245), “a eficiência do inconsciente não se detém no despertar [...] o inconsciente não deixa nenhuma de nossas ações fora de seu campo”. Ou seja, embora o sonho seja tido como a via régia do inconsciente, este também se manifesta quando estamos acordados, e não apenas em ações que julgamos triviais mas em trabalhos elaborados, como na escrita de um livro científico, caso relatado por Freud, ou em nossas traduções.

Os lapsos de língua podem ocorrer quando falamos ou escutamos e quando lemos ou escrevemos. Para um intérprete, os dois primeiros despertam maior interesse, mas para nós, tradutores, sem dúvida os mais interessantes são os lapsos de escrita e de leitura.

Um dos vários exemplos de lapso de escrita relatados por Freud é o de um que foi cometido por um norte-americano residente na Europa, em uma carta para a esposa, que ficara nos EUA em meio a um desentendimento entre os dois. Achando que agora poderia reconciliar-se com ela, escreveu: Seria esplêndido que você pudesse vir no *Lusitania*. Este era, no entanto, um navio que havia afundado durante a guerra. Por sorte o médico percebeu a tempo o seu lapso e pôde corrigi-lo pela forma correta, *Mauretania*. Como disse Freud, “esse lapso de escrita não requer explicação, interpreta-se com perfeita clareza” (1996, v. VI, p. 129). Um outro lapso de escrita foi cometido por um médico ao escrever uma receita: ele escreveu *Ethyl* (“álcool etílico”) em lugar de *Ethel*, nome da paciente em questão, a qual “costumava beber mais do que lhe convinha”. Isso aconteceu em uma manhã em que o próprio médico, totalmente abstinente, sofria os efeitos do vinho excepcionalmente tomado na véspera (ibidem, p. 129-130). Tampouco esse lapso parece requerer explicação.

A respeito dos lapsos de leitura, Freud diz:

num imenso número de casos é a predisposição do leitor que altera a leitura e introduz no texto algo que corresponde a suas expectativas ou que o está ocupando. A única contribuição que o próprio texto precisa fazer ao lapso de leitura é fornecer alguma semelhança na imagem da palavra, que o leitor possa modificar no sentido que quiser. [...] Num segundo grupo de casos é muito maior a participação do texto no lapso de leitura. Ele contém algo que mexe com as defesas do leitor - alguma comunicação ou exigência que lhe é penosa - e que, por isso mesmo, é corrigida pelo lapso de leitura, no sentido de um repúdio ou uma realização de desejo. Nesses casos, evidentemente, somos forçados a presumir que, de início, o

texto foi corretamente entendido e julgado pelo leitor, antes de passar pela retificação, embora sua consciência nada tenha sabido dessa primeira leitura (ibidem, p.121-122).

Veja-se que a correção ou retificação feita pelo lapso vai no sentido exatamente inverso àquele que interessa aos tradutores. Para estes é importante conhecer os lapsos e seu funcionamento, se não para evitar que aconteçam, o que não parece possível, para eliminá-los, corrigi-los, em cuidadosas revisões.

Freud relata um lapso de leitura cometido por ele próprio: certo dia lê num jornal, impresso em grandes caracteres, *Der Friede von Görz* (“A Paz de Gorizia”). Mas de fato o jornal dizia: *Die Feinde von Görz* (“Os inimigos diante de Gorizia”). E explica: “Para quem tem dois filhos lutando justamente nesse palco de guerra, é fácil cometer tal lapso de leitura” (ibidem, p. 121).

É muito comum os tradutores cometerem esses lapsos, lendo no texto-fonte uma palavra errada, materialmente semelhante, como explicou Freud, à que de fato está escrita - a essa semelhança ele dá o nome de *ponte verbal*. Parece ter sido o que aconteceu com Grünewald quando traduziu *In you I wrap a thousand onward years*, verso de um poema de Whitman, por *Em vocês contendo mil lágrimas progressivas*; não terá ele lido *tears* em vez de *years*? (apud Silveira Jr, 1990: 53). Trata-se de um lapso que para ser corrigido exige não apenas releitura(s) da tradução, mas sim uma atenta revisão que faça o seu cotejo com o original, já que o lapso não consiste em uma expressão simplesmente inexistente, mal grafada ou incoerente com o contexto poético, situações em que ele se daria a ver por si só.

Há também lapsos que cometemos ao traduzir, mas não podemos identificar com clareza se eles se deram no processo de leitura do original ou no de escrita da tradução. Freud apresenta um caso desses que envolve uma omissão que não deveria ter ocorrido, o que sabemos que acontece muito em traduções, quando não o seu oposto, um acréscimo igualmente equivocado. Vejamos o exem-

plo que alguém de nome Dattner passou a Freud, que o considera um lapso histórico:

Num dos artigos do acordo ajustado entre a Áustria e a Hungria no ano de 1867 sobre as obrigações financeiras de ambos os Estados, a palavra “efetivo” [effektiv] foi omitida da tradução húngara, e Dattner considera provável que a tendência inconsciente dos redatores do legislativo húngaro a concederem o mínimo possível de vantagens à Áustria tenha contribuído para essa omissão (Freud, 1996, v. VI, p. 135).

Quando se comete um lapso de escrita e esse lapso nos passa despercebido em nossas revisões do texto, como ocorreu com Freud no caso das três revisões que fez das provas de *A interpretação dos sonhos*, comete-se, além do lapso de escrita, o de leitura. Isso também acontece muito aos tradutores. Como revelou Pym (1993: 102) ao apresentar o seu erro envolvendo *mil e million*: “Isso acontece com mais freqüência do que ousou confessar”. É preciso portanto redobramos a nossa atenção ao revisar.

Já que voltamos ao *mistake* de Pym, cabe perguntar: não seria ele um lapso? Assim como os lapsos, há uma ponte verbal entre as duas formas. Também como os lapsos, trata-se de um erro indiscutível - cabe, aliás, explicitar isso aqui: pode-se dizer, usando o termo de Pym, que o lapso é binário, ou seja, uma forma indiscutivelmente errada é usada em lugar de outra, que seria a correta. Ainda como os lapsos, esse seu erro não foi motivado por ignorância. Cabe dizer que não há como sabermos que pensamento ou desejo inconsciente interveio; a interpretação de um lapso só cabe ao seu próprio autor (e talvez a seu psicanalista), visto que envolve elementos aos quais não é possível ter acesso. Pym alega que esse seu erro foi provocado por um momento de desatenção. Não raro as pessoas, por desconhecerem ou desconsiderarem a real dimensão do inconsciente em suas vidas, atribuem seus atos falhos ou seus lapsos à desatenção, seja esta provocada por cansaço, pressa

ou por alguém ou algo exterior que as interrompeu. Mas Freud não deixa de criticar essa visão, dizendo o seguinte acerca dos lapsos de leitura: “Sem dúvida, a leitura apressada, especialmente quando há uma deficiência visual não corrigida, aumenta a possibilidade de tal ilusão, mas certamente não é uma pré-condição necessária” (1996, v. VI, p. 121). Em outro momento ele diz:

O fator da atenção nos lapsos da fala, da leitura e da escrita deve ser determinado de maneira diferente daquela descrita por Wundt (ausência ou redução da atenção). Os exemplos que submetemos à análise realmente não nos autorizam a supor que tenha havido uma redução quantitativa da atenção; encontramos algo que talvez não seja exatamente a mesma coisa: uma perturbação da atenção por um pensamento que se impõe e demanda consideração (ibidem, p.139).

Freud aí procura mostrar que a desatenção não é a causa do erro, mas sim que ela é já efeito de um pensamento ou desejo inconsciente que se impôs. A rigor, as nossas escolhas de um modo geral podem ser condicionadas por uma confluência de fatores, ou seja, sobredeterminadas, mas o que não é possível ignorar é que o inconsciente, como vimos Lacan dizer, não deixa nenhuma de nossas ações fora de seu campo. Afinal, como ensinou Freud em *Algumas lições elementares de psicanálise*, “a consciência é apenas uma *qualidade* inconstante”; “a consciência só nos pode oferecer uma cadeia incompleta e rompida de fenômenos”. Ou ainda: “o psíquico é em si mesmo inconsciente”, “o inconsciente é o verdadeiro psíquico” (1996 [1938], vol. XXIII, p. 305-306).

Para concluir, cabe observar o seguinte: o lapso de língua, tal como concebido por Freud, é indiscutivelmente um erro, isto é, uma ruptura com o esperado e com o estabelecido, e é inequivocamente uma manifestação do inconsciente, ou seja, uma daquelas situações em que o pensamento ou o desejo inconsciente saiu por completo vitorioso da “luta” travada com uma intenção julgada

consciente; agora, se considerarmos a eficiência e a ação constante do inconsciente acima apresentadas, não cabe imaginarmos a ocorrência de um imenso número de escolhas subjetivas que não chegam a romper drasticamente com o código ou com o previsível, que não chegam a ser manifestações explícitas do inconsciente mas sim “disfarçadas”, talvez por ele só ter vencido em parte a “luta” travada, e que por isso mesmo poderiam ser alocadas, quando avaliadas, num lugar ou noutra daquela zona não-binária de gradações e nuances da série que vai do erro (binário) ao acerto supostamente absoluto e definitivo?

### **Notas**

1. Frota, 2000, em particular seção IV.2.
2. Essa citação e as demais citações de Pym foram por mim traduzidas.

### **Bibliografia**

FREUD, Sigmund. “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana”. Trad. Vera Ribeiro. In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição standard brasileira, vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996/1901.

FREUD, Sigmund. “Análise terminável e interminável”. Trad. José Octávio de A. Abreu. In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras psicológicas completas de Sigmund*

Freud. Edição standard brasileira, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996/1937.

FREUD, Sigmund. "Algumas lições elementares de psicanálise". Trad. José Octávio de A. Abreu. In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição standard brasileira, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996/1938.

FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas e São Paulo: Pontes e Fapesp, 2000.

LACAN, Jacques. "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud". In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Inês Oseki-Depré. São Paulo: Perspectiva, 1978.

PYM, Anthony. *Epistemological problems in translation and its teaching - a seminar for thinking students*. Calaceit: Ediciones Caminade, 1993.

SILVEIRA Jr., "Potiguara M. da. A interpretação do analista: uma questão de tradução". *Angélica - psicanálise e cia.*, s. n., p. 45-54, 1990.